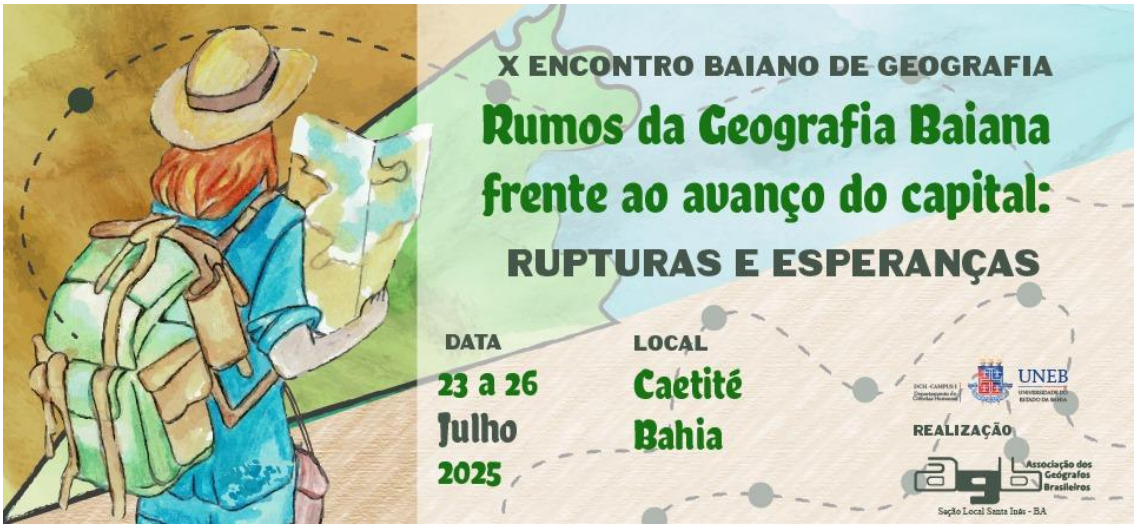

TURISMO E A PRODUÇÃO DAS CIDADES: GENTRIFICAÇÃO, PERIFERIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÕES URBANAS NA ERA DO CONSUMO

Ana Margarete Gomes da Silva[1]

Palavras-chave: Turismo urbano; Políticas de requalificação; Desigualdade espacial;

INTRODUÇÃO

O turismo tem se consolidado como um vetor dinâmico de transformação dos espaços urbanos contemporâneos, especialmente em localidades litorâneas inseridas nas lógicas do mercado global. No contexto brasileiro, observa-se que políticas de requalificação urbana, frequentemente articuladas a projetos turísticos, têm gerado efeitos ambíguos: por um lado, promovem melhorias na infraestrutura urbana; por outro, intensificam desigualdades socioespaciais por meio de processos como a gentrificação turística e a periferização de populações historicamente estabelecidas.

Compreender essas transformações exige uma abordagem teórico-metodológica que vá além de análises puramente técnicas ou economicistas, incorporando a dimensão socioespacial da produção do urbano. Conforme aponta Smith (2006), a gentrificação deve ser entendida como um fenômeno estrutural do capitalismo tardio, vinculado à dinâmica do capital imobiliário e ao "revanchismo urbano". Trata-se de um processo intencional de reinserção do capital em áreas anteriormente desvalorizadas, impulsionado por políticas públicas e investimentos que privilegiam interesses privados e a lógica do consumo, agravando processos de exclusão e desigualdade.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma o turismo, enquanto fenômeno produtor do espaço urbano, atua como vetor de reestruturação territorial, tensionando a permanência de territorialidades tradicionais e fomentando novas

[1] Doutoranda em Geografia; Professora Assistente B da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus XI; Atuo na área de Ensino de Geografia.

formas de exclusão urbana, desconsiderando o direito ao espaço como “um produto social”, Lefebvre (1999), onde os diferentes grupos sociais o produzem para a produção da existência, através do trabalho.

METODOLOGIA

A presente pesquisa em processo de construção, fundamenta-se em uma revisão sistemática da literatura, com levantamento de artigos científicos publicados entre 2013 e 2023 nas bases Scielo, Scopus e Web of Science, reconhecidas pela qualidade e diversidade de produção acadêmica. Serão utilizados os seguintes descritores para as buscas dos artigos: gentrificação turística, periferização, requalificação urbana, desigualdade socioespacial e produção do espaço urbano. A abordagem adotada é qualitativa, com base na técnica de análise de conteúdo, visando identificar padrões discursivos e teóricos recorrentes sobre os processos de reestruturação urbana mediados pela atividade turística.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise de políticas urbanas implementadas em cidades brasileiras revela que o turismo tem sido mobilizado como justificativa para intervenções urbanas que promovem a valorização imobiliária e a substituição de populações tradicionais. A gentrificação, nesses casos, assume um caráter turístico-cultural, onde a memória e a cultura local são apropriadas para fins comerciais, transformando bairros populares em produtos de consumo. Essa dinâmica resulta em periferização forçada de comunidades que não conseguem arcar com os custos da permanência em áreas requalificadas. Conforme assevera Harvey (1992, p. 65) “A produção do espaço é também a produção das relações sociais”, onde os diferentes grupos sociais produzem a existência, e tem direito ao espaço. Nessa direção Maricato (2011) critica a forma como o urbanismo neoliberal exclui as classes populares e transforma o espaço urbano em mercadoria. Dialogando com Smith (2006), este autor identifica a gentrificação como “revalorização planejada”.

Nesse sentido, esta é a lógica do modelo turístico centrado em eventos, equipamentos de grande porte e zonas exclusivas, que reforça a fragmentação socioespacial e a segregação urbana, aprofundando a distância entre os centros “globais” da cidade e os territórios marginalizados. A insegurança urbana emerge tanto como resultado quanto como justificativa para o controle e a vigilância dos espaços turísticos, reforçando estigmas territoriais e políticas de militarização.

A imposição de uma lógica de consumo cultural sobre as dinâmicas locais evidencia os limites do turismo como indutor de desenvolvimento quando desassociado da justiça social e espacial.

Os resultados preliminares da revisão de literatura indicam que os destinos turísticos mais convencionais, têm vivenciado intensos processos de gentrificação e deslocamento populacional, resultantes de políticas de valorização imobiliária, investimentos privados seletivos e espetacularização do território. Harvey (1992) argumenta que os processos de valorização do solo e mercantilização dos espaços urbanos refletem as lógicas de acumulação do capital, sendo aprofundados na era pós-moderna. “A cidade passou a ser vista como ativo financeiro, objeto de investimento e especulação”, como assegura Rolnik, (2015, p. 41). A requalificação urbana, frequentemente apresentada como melhoria da infraestrutura, vem se articulando com interesses do capital turístico-imobiliário, promovendo a expulsão de grupos locais e a substituição de usos do solo

ligados ao saber-fazer e à moradia tradicional por atividades de consumo turístico. Essa dinâmica contribui para a redefinição das centralidades urbanas e para a fragmentação territorial, revelando um cenário de insegurança urbana latente, sobretudo para populações vulneráveis, cujo pertencimento territorial é constantemente ameaçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise em processo de construção evidencia que o turismo, enquanto instrumento de reestruturação urbana, está profundamente imbricado nas dinâmicas do urbanismo neoliberal, operando como vetor de valorização imobiliária e de reorganização do espaço urbano a partir de interesses mercantis. Nesse contexto, os processos de gentrificação turística não se configuram como efeitos colaterais, mas como estratégias deliberadas de reorganização territorial que tensionam a permanência de grupos sociais historicamente enraizados nos espaços urbanos centrais.

Observa-se um embate crescente entre a lógica da mercantilização do território e as territorialidades populares, cujos modos de vida, memórias e vínculos comunitários são ameaçados pela expansão de projetos turísticos excludentes. As dinâmicas analisadas revelam um processo de des-re-territorialização, no qual os sujeitos são constantemente deslocados e reconfigurados em função dos interesses do capital e da estética do consumo.

Compreender tais processos é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas comprometidas com a justiça socioespacial, que reconheçam o direito à cidade como direito coletivo, ancorado na permanência, na diversidade e na apropriação democrática dos espaços urbanos. Frente ao avanço das desigualdades socioespaciais e à produção de periferias como subproduto da requalificação, torna-se necessário repensar os modelos de desenvolvimento turístico à luz de perspectivas que priorizem o bem-estar social, a equidade territorial e a participação cidadã.

REFERÊNCIAS

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares***: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SMITH, Neil. **A nova fronteira urbana***: cidade revanchista e gentrificação*. Tradução de Daniel Pavan. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.